

Escravidão e cultura afro-brasileira



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor  
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade  
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente  
EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA  
GUITA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO  
LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO  
RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

UNICAMP ANO 50

Comissão Editorial  
ITALA M. LOFFREDO D'OTTAVIANO  
EDUARDO GUIMARÃES

Gladys Sabina Ribeiro  
Jonis Freire  
Martha Campos Abreu  
Sidney Chalhoub  
(orgs.)

ESCRAVIDÃO E CULTURA  
AFRO-BRASILEIRA  
Temas e problemas em torno da obra  
de Robert Slenes

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

---

Es19 Escravidão e cultura afro-brasileira: temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes. / Gladys Sabina Ribeiro... [et al.] (orgs). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

1. Slenes, Robert Wayne Andrew, 1943- 2. Escravidão – Brasil – Séc. XIX.  
3. Brasil – História – Séc. XIX. I. Ribeiro, Gladys Sabina. II. Título.

CDD - 326.0981  
- 981.032  
- 981

ISBN 978-85-268-1363-2

---

Copyright © by organizadores  
Copyright © 2016 by Editora da Unicamp

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.  
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp  
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp  
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil  
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728  
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

## AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas trabalharam na organização do seminário de outubro de 2014 e em várias tarefas necessárias à elaboração deste volume. Nosso reconhecimento especial, no Cecult-Unicamp, a Flávia Renata Peral; no CEO-NUPEHC, a Márcia Azevedo, Camila Borges, Luaia Rodrigues, Natália Xavier Dantas e Maria Júlia Dias. Juliana Pereira fez a transcrição da entrevista de Robert W. Slenes. Alunos e colegas do departamento de História da UFF e de outras instituições prestigiaram o evento e compareceram com muita animação ao Baile final (“Vamos bailar com Bob”) em sua homenagem – noite especial regada a roda de samba em que o nosso “branco velho” mostrou suas habilidades de experiente dançarino. Os Programas de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Estadual de Campinas colaboraram na divulgação do evento. O Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF permitiu a realização do evento em dias de feriado. Por último, contamos com o auxílio financeiro do CNPq (taxas de bancada de bolsa de produtividade) e da Faperj (projetos de Cientista de Nosso Estado e Jovem Cientista do Nosso Estado) para a realização do seminário e o financiamento parcial do livro.



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
<i>Sidney Chalhoub</i> .....	9

### PARTE 1 – A ÁFRICA NO BRASIL

Capítulo 1.1 – ROBERT SLENES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: ESPERANÇAS E RECORDAÇÕES SOBRE DIÁSPORA AFRICANA E CULTURA NEGRA NO RIO DE JANEIRO <i>Martha Abreu, Hebe Mattos e Camilla Agostini</i> .....	17
Capítulo 1.2 – QUEM ERAM OS “NEGROS DO PALMAR”? <i>Silvia Hunold Lara</i> .....	57
Capítulo 1.3 – “A SINHARA [SYÁ NHAMANHARA] NÃO NOS DISSE NADA. SE ELA MANDAR IREMOS COM GOSTO, SENÃO, NÃO”: AFROCRISTIANISMO E REVOLTA ESCRAVA NO BRASIL MERIDIONAL – SÉCULO XIX <i>Eduardo Spiller Pena</i> .....	87
Capítulo 1.4 – ONGOMBE YANGE YEYI: NO TERREIRO DO CAVALO MARINHO PERNAMBUCANO (SÉCULOS XIX E XX) <i>Beatriz de Miranda Brusantin</i> .....	127

### PARTE 2 – FAMÍLIA

Capítulo 2.1 – NA TRILHA DO PARENTESCO E DA LIBERDADE: OS CAMINHOS E ATALHOS PERCORRIDOS PELOS ESCRAVOS NA CAMPINAS OITOCENTISTA <i>Cristiany Miranda Rocha</i> .....	157
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

Capítulo 2.2 – OS AFRICANOS LIVRES NA BAHIA: TRABALHO E VIDA FAMILIAR	
<i>Isabel Cristina Ferreira dos Reis</i> .....	187

PARTE 3 – REBELDIA E TRÁFICO

Capítulo 3.1 – ESCRAVIDÃO E REBELDIA NO BRASIL IMPERIAL: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS RÉUS CONDENADOS PELA LEI DE 10 DE JUNHO DE 1835	
<i>Ricardo F. Pirola</i> .....	227
Capítulo 3.2 – “ESCRAVOS DE MAIS ALÉM”: COMÉRCIO INTERNO DE CATIVOS E A IMPORTÂNCIA DAS TRANSFERÊNCIAS INTER-REGIONAIS	
<i>Rafael da Cunha Scheffer</i> .....	267
Capítulo 3.3 – BATISMO E TRÁFICO ILEGAL DE ESCRAVOS NO NORTE FLUMINENSE, C.1798 E C.1858	
<i>Jonis Freire</i> .....	291

PARTE 4 – ABOLIÇÃO

Capítulo 4.1 – ROBERT SLENES E AS DUAS FACES DE UMA MESMA MOEDA: PORTUGUESES POBRES NO RIO DE JANEIRO NA PASSAGEM DO OITOCENTOS PARA O NOVECENTOS	
<i>Gladys Sabina Ribeiro</i> .....	321
Capítulo 4.2 – PORQUE NÃO ERAM ESCRAVOS: TRABALHADORES RURAIS DO RECÔNCAVO BAIANO NO PÓS-ABOLIÇÃO (1888-1920)	
<i>Walter Fraga Filho</i> .....	343

PARTE 5 – VISÕES DE HISTÓRIA

Capítulo 5.1 – HISTÓRIA SOCIAL E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UMA TRAJETÓRIA (ANOS 1980-1990)	
<i>Tiago de Melo Gomes</i> .....	371
Capítulo 5.2 – DE ESCRAVOS, ARTISTAS E IMAGENS: FORMAS DE OPERAR COM A HISTÓRIA	
<i>Valéria Lima</i> .....	391
Capítulo 5.3 – O OFÍCIO DE HISTORIADOR: UMA CONVERSA COM ROBERT SLENES	
<i>Entrevista concedida a Martha Abreu, Jonis Freire e Gladys Sabina Ribeiro</i> .....	423

## APRESENTAÇÃO

*Sidney Chalhoub*  
(pela equipe de organizadores)

Epígrafe (para ir direto ao ponto):  
“Mas a beleza da nossa profissão é que a gente,  
quando se aposenta, não precisa se recolher aos  
aposentos. Eu não me aposento, me *arquivo*”.

*Robert Slenes*

Em 2003, ao redigir o seu memorial para promoção a professor titular na Unicamp, Robert Slenes iniciou o texto muito à moda dele, ou seja, observando de perto as palavras e brincando com elas: “Carreira, etimologicamente, é ‘caminho do carro’”. Conviver com Bob é ser surpreendido a cada vez por esse tipo de atitude, a de descobrir o que interrogar, e maneiras de se divertir, não importa quão árida seja a tarefa. Foi um pouco desse jeito, com fisionomia de ponto de interrogação, que ele recebeu a notícia, sei lá quando em 2013, de que alguns de seus discípulos mais velhos, ou com mais quilômetros rodados, planejavam um seminário em sua homenagem, para celebrar a aposentadoria. Um bom fisionomista diria talvez que havia ali um sentimento de surpresa: “Aposentado? Eu?”. Um pouco refeito da surpresa, disse que devia ser um seminário de “crítica”, o que pareceu reação de tímido já antecipadamente encabulado diante da perspectiva de um evento encomiástico. Na verdade, era outra coisa. O “carro” de Bob Slenes está em pleno movimento, mais desenvolto do que nunca. A aposentadoria permitiria mais tempo para as pesquisas, para ir aos arquivos, ou “se arquivar”, como disse na antológica entrevista que fecha este volume, outra vez brincando com as palavras, quiçá virando-as ao avesso, como de costume. “Arquivar-se”, para o historiador, significa continuar no “caminho do carro”. Um dia, quem sabe, tal acepção aparecerá em dicionário.

Seguimos à risca, ou quase, o que queria o nosso “branco velho”, conforme o apelido que inventou para ele, segundo dizem, um dos alunos afrodescendentes do programa de pós-graduação da Unicamp. O dicionarista Moraes Silva, na edição de 1813, define “crítica” como “A Arte de discernir o verdadeiro do falso; e o bom do mau gosto”. Os dicionaristas mais recentes perderam essa confiança de outras épocas, no que respeita à verdade das cousas: a versão im-

pressa do *Houaiss* traz doze acepções para a palavra “crítica”; o *Aurélio* lista oito. Nenhuma das definições ousa atribuir à “crítica” a função de “discernir o verdadeiro do falso”. Fala-se em “capacidade e habilidade de julgar”, “atividade de examinar e avaliar”, “apreciação minuciosa, julgamento” etc. Seja como for, entendemos que o seminário deveria ser uma discussão do “estado da arte”, por assim dizer, quanto ao conhecimento histórico a respeito de temas que marcaram a trajetória acadêmica do homenageado.

Antes de dizer do seminário, voltemos ao Moraes, à segunda parte da definição de “crítica”, dela como arte de discernir “o bom do mau gosto”, o que remete à ideia de juízo estético, acepção presente em dicionários atuais, ainda que, de novo, sem tanta convicção quanto à fronteira entre o “bom” e o “mau” gosto. Uma característica marcante de Bob Slenes, como historiador e orientador, é o investimento enorme no texto, na qualidade narrativa dele. Para convencer o leitor, é necessário também seduzi-lo, envolvê-lo. A arte de narrar não se opõe ao esforço de dar a ver o que se conhece; ao contrário, arte narrativa e conhecimento histórico são indissociáveis. Bob dizia isso, ensinava isso, no início da década de 1980, quando as discussões sobre escravidão, por exemplo, estavam na fase da cintura dura do conceito de “modo de produção”, num tempo em que texto de historiador parecia relatório científico, dividido rigidamente em partes conceitual e empírica. O tal *linguistic turn*, ou virada linguística, mal se descortinava no horizonte, nem poderia ocorrer ao Bob que essa coisa viria acompanhada duma espécie de pane relativista que se instalaria no centro do nosso ofício. Para ele, desde sempre, arte narrativa e conhecimento histórico são duas faces da mesma moeda.

Se a história é também um gênero narrativo (escrevi “literário” e risquei, mas resolvi confessar), a autoconsciência apurada quanto à forma do texto é condição necessária ao ofício. Por isso, historiador que se preza passa a vida escarafunchando arquivos e em busca dum estilo para contar o que encontra neles. Ambos os esforços tendem ao infinito, não se resolvem. A arte é longa e a vida, curta, curtíssima. Em seus textos e na entrevista para este volume (apesar de esta aparecer aqui muito editada), é possível discernir, ao ler devagar, o “estilo Bob Slenes” de contar a história. Ao narrar a própria trajetória, ele mostra que partiu para a estrada sem roteiro, talvez sem mapa preciso, porém muito atento às características da paisagem ao redor e às opções a respeito de que caminho seguir. Enfim, de olhos abertos, prestando muita atenção. A entrevista é uma preciosidade, ao mostrar como um estudante de literatura espanhola clássica se vê de repente a pesquisar e escrever uma tese de história de-

mográfica sobre a escravidão brasileira. Como isso foi acontecer? Há muita prosa nos números, ou talvez seja possível mesmo ver “o rosto de Deus” num problema de cálculo, numa fuga de Bach, numa página de Flaubert, até mesmo ao ter um estalo heurístico a respeito de como interpretar uma lista de matrícula de escravos ou um recenseamento antigo. Leitor lento de literatura, músico que conseguiu ter o seu piano de cauda, apreciador das matemáticas, tudo aparece no historiador da escravidão, formador de uma geração de historiadores brasileiros dedicados ao tema. Como assim? Leia a entrevista e, principalmente, deguste os textos de Bob Slenes.

Foram dois dias intensos, 27 e 28 de outubro de 2014, muitas horas de apresentação de trabalhos e de debates sobre escravidão e cultura afro-brasileira. Mas também foram dois dias de uma alegria inesquecível, de uma emoção às vezes difícil de segurar. Depois de muito matutar, os tais discípulos de Bob Slenes de mais longa quilometragem, aos quais, quiçá por graça de Santo Antônio, se juntou depois um colega mais jovem, decidiram convidar todos os doutores formados pelo mestre, mais alguns colegas bem próximos, para apresentar trabalhos no seminário. A resposta dos convidados foi pronta, animada, como se todos estivessem mesmo a esperar que alguma coisa do tipo acontecesse, pois precisava acontecer. Desde o início, a ideia era ter uma coletânea como resultado final do processo. Assim, cada convidado confirmou participação por meio do envio de um resumo do texto pretendido, depois as primeiras versões dos textos completos foram enviadas e circularam entre os participantes com antecedência. O seminário ocorreu na Universidade Federal Fluminense, nas datas mencionadas. Na carta-convite, dizia-se assim: “O objetivo do seminário é homenagear o professor Robert Slenes, recentemente aposentado, e a maneira de realizá-lo é promover o melhor encontro acadêmico possível em torno dos temas e problemas que constituem a sua obra”. Enfim, um seminário de “crítica”, como queria o homenageado, centrado na apresentação do resultado de pesquisas históricas e na reflexão sobre o lugar delas na historiografia.

O livro repete a estrutura adotada no seminário. Na primeira parte, “A África no Brasil”, os capítulos abordam aspectos, desdobramentos, da verdadeira revolução historiográfica ensejada pelos textos de Bob Slenes a respeito da formação de uma identidade centro-africana nas senzalas do centro-sul do Brasil no século XIX. Os textos de Bob sobre o tema passaram a pautar muito do modo de ver, de interrogar a história e as transformações da cultura afro-brasileira, como se pode ver nos capítulos de Martha Abreu, Camilla Agostini e Hebe Mattos, quanto ao jongo e ao samba, por exemplo, e no de Beatriz

Brusantin, a respeito do cavalo-marinho pernambucano. Não se trata de ver cultura centro-africana em toda parte na época da escravidão e depois dela, mas de aprender a interrogar eventos e tradições culturais de maneira a “raspar a superfície” deles em busca de significados que permaneçam parcialmente encobertos ou silenciados, e cujas razões para encobrir ou silenciar requerem investigação. Relacionar jongo com tráfico ilegal, por exemplo, exige esforço enorme de investigação histórica e de atenção às palavras, aos gestos, aos costumes dos praticantes, para aprender com eles sentidos inesperados e reveladores da experiência histórica da diáspora, dos modos de lidar com a tragédia do tráfico africano. A atenção às sobrevivências e transformações da cultura africana sob o escravismo conduz Silvia Lara a revisitar a historiografia sobre Palmares, a propor uma leitura alternativa, nuançada, do processo histórico palmarino, tão atenta aos aportes africanos específicos quanto aos contextos políticos locais e sua mudança ao longo do tempo. Nenhuma resposta fácil sobrevive a esse tipo de escrutínio. Eduardo Pena interpreta uma revolta escrava à luz de concepções religiosas da escravaria rebelde, tão cristãs quanto africanas em sua articulação original e historicamente situada, em texto de riqueza empírica impressionante.

A principal porta de entrada de Robert Slenes no tema da escravidão foi o estudo demográfico da família escrava, daí o recorte da parte II do livro. Bob queria mostrar que havia flores na senzala, que não eram flores literalmente, porém mostravam sentimentos e memórias compartilhadas, orientação de futuro. Cristiany Rocha e Isabel Reis dão prosseguimento à tradição dos estudos sobre a família escrava na historiografia brasileira, na qual o livro *Na senzala, uma flor* é referência geral e clássico indiscutível. Foi nesse âmbito que Bob mostrou o potencial do método da ligação nominativa de fontes para o estudo da escravidão em nosso país, utilizado com proveito nos estudos de Cristiany e Isabel. Todavia, na obra de Slenes, o tema da família escrava é também maneira de pensar a formação de comunidades de senzala e a importância delas na elaboração de estratégias escravas de lutar por objetivos próprios, fossem esses objetivos a obtenção de acesso a um pedaço de terra, a compra da alforria, a imposição de limites às punições infligidas por senhores e feitores, ou o planejamento e a execução de assassinatos e outros atos de rebeldia, coletivos ou individuais – ou melhor, como acontecia quase sempre, atos individuais que revelavam maneiras coletivas, horizontais, de os escravos interpretarem e lidarem com a dominação senhorial. Na parte III do livro, portanto, intitulada “Rebelião e tráfico”, Ricardo Pirola e Rafael Scheffer, por meio de temas e fontes diferentes, abordam a questão da desorganização de comunidades escravas em

decorrência dos negócios senhoriais e a reação violenta dos escravos a diversas circunstâncias de vida, desde a vingança contra feitores e senhores cruéis a conflitos entre parceiros provocados pela situação de extremo desequilíbrio numérico entre os sexos. Jonis Freire se debruça sobre um tema intrigante, qual seja, o batismo dos escravos adultos introduzidos no país à revelia da lei de abolição do tráfico negreiro de 1831. O que fazia com que tantos senhores batizassem os seus escravos ilegalmente adquiridos? O que ocorria em Macaé, lugar onde tantos milhares de africanos foram desembarcados clandestinamente, se repetia em outras localidades? O tráfico ilegal é tema de ponta atualmente na historiografia sobre a escravidão brasileira. Estudos como o apresentado por Jonis neste volume precisam ser multiplicados para muitas outras localidades e períodos.

Em alguns de seus textos recentes, Robert Slenes tem refletido bastante a respeito da liberdade no século XIX, postulando mesmo que a melhor imagem da experiência de negros livres e libertos à época seria a de um “grande arco descendente”, quer dizer, o fechamento gradativo de perspectivas e oportunidades econômicas e de ascensão social. A imigração consistia no outro lado da moeda, pois estava ligada à configuração de mercados de trabalho urbano que favoreciam portugueses e recém-chegados de outras nacionalidades em detrimento dos afrodescendentes, o que em contrapartida fazia do antilusitanismo e dos conflitos nacionais parte inescapável de tantas cidades brasileiras do Oitocentos e de boa parte do século seguinte. Na parte IV da coletânea, “Abolição”, o texto de Gladys Ribeiro sobre imigração portuguesa figura ao lado do capítulo de Walter Fraga, o qual acompanha aspectos do cotidiano dos trabalhadores no Recôncavo Baiano após a Abolição. Além de constatar maior dificuldade de acesso à terra ao longo do tempo, em vista de transformações na produção do açúcar – proliferação das usinas –, Walter constata que essas mudanças permitem traçar diferenças importantes entre a geração de trabalhadores nascida enquanto ainda havia escravidão e aquela que a sucedeu. A hipótese do estreitamento de oportunidades, do arco descendente, parece promissora nesse contexto.

Na parte V, “Visões de história”, Tiago Gomes oferece um panorama da trajetória da historiografia brasileira nas últimas décadas, com enfoque nos aspectos atinentes à história social, de forte matiz marxista e thompsoniano na década de 1980, a virar história social da cultura nalgum momento da década de 1990, parecendo que o movimento se configurou em grande medida internamente, a partir da crítica ao conceito de cultura popular e dos próprios diálogos com a antropologia, tão presentes na obra de Thompson. O capítulo

situa as mudanças na historiografia sobre a escravidão em sua conexão com os estudos sobre o movimento operário e os trabalhadores em geral, mostrando mais uma vez a relação entre essas duas tradições historiográficas, a sua crescente interdependência. Por fim, a passagem da história social da escravidão para a história social da cultura escrava e afro-brasileira, na medida em que ocorreu, e ninguém pretende sugerir que uma coisa substituiu a outra de qualquer modo exclusivo, significou não somente um alargamento dos temas de estudo, mas também maior ousadia e experimentação com fontes históricas diversas. Valéria Lima parte dos estudos exemplares de Robert Slenes sobre Rugendas para discutir procedimentos de análise e interpretação de imagens de escravos na iconografia oitocentista. Como é de praxe, a dificuldade é discernir, em cada caso ou conjunto de imagens, os sentidos documental e artístico delas, os modos como esses aspectos se iluminam reciprocamente.

Pode ser que os leitores tenham discernido o fio condutor do volume inteiro, algo que amarre e dê alguma consistência a tantas centenas de páginas. De qualquer forma, encontrarão a resposta ao ler a entrevista de Bob Slenes, sobre o ofício de historiador e sobre a sua trajetória nele. Duas coisas ressaltam na entrevista, quanto a esse aspecto. Primeiro, Bob conta as suas histórias de maneira a fazer os leitores testemunharem o processo de concepção dos problemas e das conexões entre eles. Por exemplo, que relação existe entre os estudos sobre alforria, que têm mostrado menor acesso à liberdade em propriedades com escravaria numerosa, a maior estabilidade de comunidades de senzala nessas propriedades, e a formação de uma identidade centro-africana em regiões de *plantation* cafeeira no século XIX? Bob convida os leitores a pensar com ele a questão, a trilhar de novo o caminho de descoberta das conexões entre aspectos distintos do processo histórico analisado. Em suma, o fio condutor da coletânea, a amarração entre os assuntos, está na obra do próprio homenageado. A entrevista é a chave do volume e a conclusão dele.

Um segundo aspecto da entrevista me leva de volta ao ponto de partida, à metáfora de Bob a respeito da “carreira” como o “caminho do carro”. Como se verá, a entrevista cresce, em intensidade e paixão, quando o entrevistado aborda projetos de pesquisa atuais ou futuros. O sentido do caminho percorrido não é outro que não informar a decisão a respeito de como prosseguir. Por isso parece um tanto paradoxal comemorar a aposentadoria de Bob Slenes. “Aposentado? Eu?”. A perplexidade dele naquele momento está gravada na minha memória. Enquanto houver arquivo, haverá arte e alegria.

PARTE 1  
A ÁFRICA NO BRASIL



## Capítulo 1.1

### ROBERT SLENES ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: ESPERANÇAS E RECORDAÇÕES SOBRE DIÁSPORA AFRICANA E CULTURA NEGRA NO RIO DE JANEIRO

*Martha Abreu*  
*Hebe Mattos*  
*Camilla Agostini*

#### Introdução

O presente capítulo é uma homenagem escrita a seis mãos. Ela revisita a importância acadêmica de Robert Slenes na trajetória intelectual das autoras, considerando tanto as abordagens e problemáticas desenvolvidas pelo autor sobre o legado centro-africano na cultura afrodescendente do sudeste do Rio de Janeiro, quanto as peculiaridades do acadêmico, cuja instigante sensibilidade nos ensinou a enxergar flores onde muitos não as viam.

Na primeira parte do texto, Hebe Mattos empreende uma releitura afetiva da importância de *Na senzala, uma flor*<sup>1</sup> para a geração de historiadores da escravidão que se profissionalizou nas décadas de 1980 e 1990, sobretudo quanto à força da metáfora “esperanças e recordações” para os estudos sobre a família escrava e o legado centro-africano nas comunidades de senzala do Vale do Paraíba oitocentista. Contribuição que, de fato, estendeu-se muito além dessas duas áreas específicas, construindo uma espécie de *legado Slenes* também para os estudos do Pós-Abolição. Quais esperanças alicerçaram os projetos de futuro dos descendentes dos últimos africanos escravizados nas fazendas cafeeiras do Sudeste nos séculos XX e XXI? De quais recordações e heranças culturais se alimentaram? Finalizando a primeira parte, buscaremos apreender a importância dessa segunda questão, rememorando a participação de Robert Slenes como consultor da pesquisa que deu origem ao filme *Jongos, calangos e folias*, dirigido por Hebe Mattos e Martha Abreu em 2007.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Slenes, 1999.

<sup>2</sup> Documentário disponível em: <[www.labhoi.uff.br/passadospresentes](http://www.labhoi.uff.br/passadospresentes)>. Acesso em: 22 nov. 2015.

A segunda parte aprofunda o tema das recordações da África Central. Para tanto, leva Slenes para Vassouras, juntamente com Camilla Agostini, em encontro com o jongo ou caxambu do século XXI, manifestação de canto, dança e percussão com origem em tradições culturais centro-africanas, reconhecida como patrimônio cultural brasileiro em 2005. A partir desse encontro, Camilla revisita os estudos de Slenes sobre o jongo e suas estratégias de pensar a presença da África na experiência do cativo oitocentista no sudeste brasileiro, para desenvolver novas possibilidades interpretativas sobre processos criminais do município de Vassouras, que nos permitem pensar para além da racionalidade jurídica ocidental que produziu tais documentos.

Na terceira parte, como forma de conclusão, buscamos mostrar mais uma vez como o *legado Slenes* ensina a entender como as esperanças dos libertos, descendentes dos últimos africanos chegados como cativos no Brasil, continuaram a se apropriar das recordações que seus antepassados trouxeram da África Central para construir a história do Pós-Abolição. Para tanto, Martha Abreu enfatiza o processo de migrações dos descendentes da última geração de africanos do Vale do Paraíba para a cidade do Rio de Janeiro e o papel do legado cultural centro-africano para a formação de escolas de samba no século XX.

### Esperanças e recordações na historiografia

Acho que foi 1989 o ano em que eu, Hebe Mattos, li a primeira versão, em fotocópia de texto datilografado, de *Na senzala, uma flor*, de Robert Slenes. Não tenho palavras para dizer a maravilhosa impressão que o texto me causou. Em um momento de homenagem como este, valeria um esforço de reunião das versões sobreviventes, entre os muitos que se beneficiaram da leitura de suas variantes – que circularam desde então entre os alunos da pós-graduação em história da UFF, e depois da Unicamp, com indicações de seu número (versão 1, 2, 3 etc.).

Quando o li eu estava começando a desenvolver a argumentação central do que seria o capítulo “Laços de família” da minha então futura tese de doutorado, que tinha o nosso Bob Slenes como leitor crítico privilegiado. Por essa época, pela primeira vez eu esboçava a ideia de que o acesso à família seria, para o cativo, um projeto de diferenciação dentro da experiência da escravidão, que garantia acesso à roça familiar e abria perspectivas para o sonho da alforria. Minha abordagem destacava, especialmente, o papel da família nas esperanças

de liberdade dos sujeitos reduzidos ao cativo. A leitura de *Na senzala, uma flor* me fez perceber que Robert Slenes já sabia disso e, pela primeira vez, me fez ter consciência de que eu obviamente negligenciava o papel da bagagem cultural centro-africana desses atores, nesse mesmo processo. A primeira versão do capítulo “Laços de família” foi concluída em forte diálogo com o texto inédito de Slenes, e a versão publicada em livro se beneficiou muito da discussão realizada em um seminário que o autor ministrou na Universidade de Stanford, em 1994, como professor visitante.

Defendi a tese em 1993, e o livro *Das cores do silêncio* saiu em 1995 (mesmo ano em que foi publicada a coletânea *Resgate, uma janela para o Oitocentos*<sup>3</sup>); naquele livro, um grupo de historiadores se debruçava sobre diferentes aspectos de uma fazenda de café do Vale do Paraíba paulista. Em um dos capítulos, sobre a escravidão da fazenda, Manolo Florentino e José Roberto Góes, pela primeira vez, formularam a ideia da família escrava como mecanismo de pacificação da senzala, depois apresentada no livro *A paz das senzalas*.<sup>4</sup> No argumento dos autores, as recordações da África também se faziam presentes, na importância do parentesco entendido como linhagem e, especialmente, num aparente privilégio dos africanos mais velhos no acesso às mulheres jovens para casamento e formação de família. Também no texto de Florentino e Góes, o diálogo com uma das muitas versões de *Na senzala, uma flor* se fazia central, seja discutindo suas conclusões interpretativas sobre a força da esperança escrava – para enfatizar, ao contrário, o projeto senhorial de controle da escravidão –, seja valorizando as recordações da África, sobretudo a poligamia e a preponderância das hierarquias de idade, para que o projeto senhorial pudesse se realizar.

O debate estava posto, muito antes de o livro ser finalmente publicado, em 1999. *Na senzala, uma flor*, ainda inédito, estava no centro das discussões do memorável seminário organizado pelo Departamento de História da UFF, em 1997, com o título “Sociedade e escravidão: o debate das interpretações”, que teve suas principais intervenções publicadas em dossiê da revista *Tempo*, de título “Escravidão e África negra”, no ano seguinte.<sup>5</sup> No seminário e depois no texto publicado no dossiê da revista, Slenes começava a esboçar sua crítica à

<sup>3</sup> Mattos & Schnoor, 1995.

<sup>4</sup> Florentino & Góes, 1998.

<sup>5</sup> *Tempo*, 6, 1998.

leitura de Florentino e Góes, e à minha própria, sobre como o seu binômio “esperanças e recordações” operava na estruturação da família escrava no Brasil oitocentista. Nas palavras de Slenes, no dossiê da *Tempo* de 1998:

[Segundo Florentino e Góes] [...] era só criando escravos com compromissos entre si que os senhores podiam garantir a “paz” nas senzalas. Nos estudos destes autores, a existência da família escrava é considerada, explicitamente, como uma condição estrutural para a continuidade do escravismo. Embora admire muito seu trabalho, não concordo com este argumento – a não ser para reconhecer que, em todas as sociedades, quem está com mais de 30 anos e com compromissos familiares dificilmente se tornará revolucionário. A família certamente tornava o escravo um refém de seu senhor e também de seus próprios projetos de vida. Ao mesmo tempo, acredito que Gutman e Genovese (e inclusive Fernandes e Bastide) tinham razão: a família, *lato senso (sic)*, é uma instituição importante para a formação da cultura, da personalidade e da identidade, mesmo que a família *conjugal* não tenha o peso exagerado que lhe fora atribuído por Parsons e Bates. Enfim, que paz pode reinar numa senzala habitada por parentelas, cujos membros têm experiências, alianças e memórias radicalmente diferentes das de seus senhores? Dito de outra forma: que “estrutura” é essa que, atrás de uma fachada de paz, alimenta a guerra entre a senzala e a casa grande?

Outro argumento, com o qual simpatizo bastante, mas não totalmente, é o de Hebe Maria Mattos. Para esta autora, em decorrência de peculiaridades do sistema escravista brasileiro, os cativos no Sudeste, antes de 1850, não construíam sua identidade como uma identidade “negra e escrava” (contra uma identidade branca e livre), como acontecia nos Estados Unidos. Como resultado, a “família”, de importância fundamental para os projetos dos escravos brasileiros, também não contribuiu para esse tipo de identidade, servindo mais para aproximar os cativos dos homens livres pobres. É necessário lembrar, contudo, que ao mesmo tempo em que o processo de criação de identidade descrito por Hebe Mattos estava acontecendo (principalmente entre os escravos crioulos), existia outro processo paralelo, também no Sudeste, que transformava pessoas de diferentes etnias banto em “africanos”: e isto, num período em que já predominavam as *plantations*. Exatamente quais os papéis da família na formação da(s) identidade(s) escrava(s) nesse contexto complexo ainda não está claro; contudo, acredito que Hebe está correta quando argumenta que não serão os mesmos que nos Estados Unidos.

Coube a Sheila de Castro Faria sintetizar, com brilho, em texto que se segue ao de Slenes no dossiê, a posição do trabalho desse autor no contexto de tais debates. Segundo ela,